

A VIA NÃO CLÁSSICA DE REVOLUÇÃO BURGUESA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO BRASIL: POLÊMICAS E SUPERAÇÕES

THE NON-CLASSIC BURGUESAN REVOLUTION AND CAPITALIST DEVELOPMENT IN BRAZIL: POLICIES AND OVERCOMING

Davi Machado Perez **1**

Resumo: O presente artigo, realizado a partir de pesquisa bibliográfica e documental, aborda as interpretações da via não clássica de revolução burguesa e desenvolvimento capitalista no Brasil em autores como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. Conclui-se que a interpretação de Florestan Fernandes, não obstante a importante contribuição dos outros autores, é a mais justa para uma adequada compreensão das particularidades da revolução burguesa atípica que consolidou nossa via não clássica de desenvolvimento capitalista.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Nelson Werneck Sodré. Caio Prado Jr. Revolução Burguesa. Capitalismo.

Abstract: This article, based on bibliographical and documentary research, addresses the interpretations of the non-classical path of bourgeois revolution and capitalist development in Brazil in authors such as Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr. and Florestan Fernandes. It is concluded that the interpretation of Florestan Fernandes, despite the important contribution of the other authors, is the most just for an adequate understanding of the particularities of the atypical bourgeois revolution that consolidated our non-classical path of capitalist development.

Keywords: Florestan Fernandes. Nelson Werneck Sodré. Caio Prado Jr. Bourgeois Revolution. Capitalism.

Introdução

O presente artigo dialoga com importantes autores que abordaram a particularidade da formação social brasileira, tais como Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, e alguns de seus respectivos intérpretes contemporâneos. Abordamos também as compreensões que perduraram no movimento comunista nacional e internacional a respeito da realidade brasileira e latino-americana ao longo do século XX. Problematizamos algumas polêmicas ainda bastante latentes nos debates sobre a realidade nacional. Que formação social existia em nossa fase pré-capitalista, feudalismo ou escravismo? Houve um momento pré-capitalista anterior a nossa revolução burguesa, ou desde a Colônia já tínhamos aqui um “escravismo capitalista”? Nossa revolução burguesa se consolidou e temos um capitalismo plenamente desenvolvido, ou ainda necessitamos desenvolver o capitalismo para completar as tarefas da revolução burguesa? Buscamos responder essas questões nos apoiando principalmente na interpretação do Brasil elaborada por Florestan Fernandes, com apoio de intérpretes como Octávio Ianni, José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho.

As Interpretações Marxistas da Particularidade Latino-Americana e Brasileira

Nelson Werneck Sodré (1968; 1967) realizou importantes esforços no sentido de compreender o “estado da arte” da revisão histórica do Brasil¹. Suas principais limitações estavam na constatação da existência de feudalismo no Brasil e na compreensão dualista da relação entre o arcaico e o moderno, que o fazia acreditar na possibilidade de um desenvolvimento nacional modernizante autônomo apoiado em uma suposta burguesia nacional dotada de um “sentimento nacional”. As teses de Sodré tiveram importante influência na orientação do Partido Comunista Brasileiro – PCB ao longo do século XX, e contribuíram na formulação da orientação política que vislumbrava uma etapa democrático-burguesa para a revolução brasileira que antecederia a etapa socialista. (CONTE, 2010). Essa compreensão dualista da relação entre o arcaico e o moderno também foi compartilhada por Celso Furtado (1959) e orientou as perspectivas keynesianas e desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), acreditando que o desenvolvimento econômico apoiado na burguesia nacional seria capaz de superar os resquícios do velho por dentro da ordem capitalista².

Tratando da orientação do PCB ao longo dos anos 1945-64, Octavio Ianni (1984) expõe criticamente a perspectiva da revolução democrático-burguesa, que orientou os comunistas brasileiros neste período. Tal perspectiva acreditava que os latifundiários e uma parte da burguesia industrial (dependente) seriam associados ao imperialismo, mas haveria um setor da burguesia industrial interessado no desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas: a burguesia nacional. Acreditava-se, portanto, na possibilidade da consolidação política e econômica de um capitalismo nacional no Brasil, que seria logrado através de uma revolução “nacional-libertadora” que teria como vanguarda a “burguesia nacional”, enquanto o proletariado industrial ocuparia papel secundário nesse processo.

Nessa aliança, a burguesia nacional deveria representar um papel de vanguarda, secundada pelo proletariado industrial; representar o seu papel de classe social, explorando as suas potencialidades para conquistar a hegemonia econômica e política. A dificuldade maior era vencer o latifundismo e

1 Nas palavras de Pinto (2011): “O intelectual Nelson Werneck Sodré através das suas reflexões historiográficas posicionou-se politicamente a favor de duas experiências de Estado Nacional associadas à processualidade histórica da revolução capitalista no Brasil. Apoiou e justificou o modelo nacionalista do Estado Corporativo de Getúlio Vargas no período de 1937-1945 e depois apoiou e defendeu a institucionalização de uma ampla participação democrática das classes sociais timbradas pela luta nacionalista em confronto direto com os interesses políticos e econômicos do imperialismo capitalista, confronto esse que foi radicalizado no período 1954-1964. Nas duas situações a sua posição ídeo-política manifestou-se enfaticamente a favor do nacionalismo político. Tanto a análise historiográfica como a reflexão teórica de Werneck Sodré sempre mediaram a sua intervenção política, é impossível analisar a sua produção intelectual sem se considerar esse aspecto central.”

2 Francisco de Oliveira (2003) empreende uma crítica contundente ao “dualismo cepalino” em sua obra *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*.

o imperialismo. O “regime democrático popular” no qual se realizaria o modelo deveria resultar de uma “revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e anti-imperialista”. Essa revolução seria realizada principalmente com base numa aliança do proletariado com a burguesia, além do apoio de camponeses e outras classes ou grupos subalternos, desse modo, a sua possível hegemonia. Para o PCB, a vitória de um regime nacionalista, em termos políticos e econômicos, ou da revolução democrático-burguesa, seria uma etapa necessária, prévia à transição para o socialismo (IANNI, 1984, p.47).

Porém, o que se evidenciou no decorrer desse período foi a aceitação, por parte da burguesia nacional, de uma aliança política e econômica com o imperialismo, associando-se e incorporando-se à “histeria anticomunista” difundida pela doutrina da Guerra Fria nos países dependentes dos EUA desde 1947, o que diminuiu, ou quase anulou, a contradição entre burguesia nacional e estrangeira (IANNI, 1984, p.51-52). Essa realidade nos apresenta um descompasso entre ideologia e história, na medida em que a perspectiva nacional-libertadora (ou democrático-burguesa) padecia de um anacronismo, ou simplesmente não era viável diante de uma burguesia nacional que, quase em seu conjunto, consolidou seu poder associando-se ao imperialismo estrangeiro e aprofundando sua relação de dependência.

Quais eram, então, as origens da estratégia “etapista” que acreditava ser possível, como primeira etapa, uma revolução nacional-libertadora em aliança com uma suposta burguesia nacional? Luiz Carlos Prestes (1981) atribui a tais erros cometidos pelos comunistas brasileiros o nosso próprio atraso cultural e a consequente tendência a copiar ou transferir mecanicamente soluções adotadas para organizações revolucionárias de outros países para o nosso - dogmatismo, portanto - além de nosso próprio desconhecimento da realidade brasileira, a par de insuficiente conhecimento da teoria marxista-leninista. O pouco contato com o conjunto das obras marxianas e marxistas e as dificuldades na realização de um estudo profundo da realidade brasileira contribuíram para que visões esquemáticas conduzissem um *subjetivismo voluntarista* que não questionava tais modelos.

Anita Leocádia Prestes (1980, p. 206), em análise histórica sobre as posições do PCB, demonstra que tal concepção sofria forte influência das orientações da Internacional Comunista (IC). Tratava-se de uma visão falsa da estratégia da revolução que “não resultava da análise concreta das contradições reais presentes na formação social brasileira ou de outros países latino-americanos”, desconhecendo assim as “particularidades do desenvolvimento capitalista em países dependentes do imperialismo como o Brasil, onde a dominação imperialista não só não representava um entrave ao capitalismo” como também “propiciava seu *desenvolvimento dependente*, conservando e utilizando para isso estruturas anteriores de tipo pré-capitalista”.

Revelava-se o dogmatismo na “[...] aplicação à realidade brasileira dos esquemas elaborados pela Internacional Comunista, particularmente as resoluções do VI Congresso da IC, realizado em 1928”, as “[...] teses sobre os países coloniais e semicoloniais, entre os quais são incluídas as nações latino-americanas, passam a orientar a atividade do PCB” (PRESTES, A. L. 1980, p. 201). A “Resolução-Comentário do Secretário da IC para a América Latina” datada de 1930 exerceu forte influência na “Resolução do Bureau Político do Comitê Central do PCB” que constatava a existência de feudalismo no Brasil e de um regime semicolonial (PRESTES, A. L. 1980 p. 203). Projetava-se que a revolução brasileira deveria ser de tipo democrático-burguês, tendo uma primeira etapa anti-latifundiária, “antifeudal” e anti-imperialista em aliança com setores burgueses “nacionalistas”, para posteriormente criar as condições para a revolução socialista. Transposição mecânica das análises feitas por Lênin para a Rússia czarista, onde de fato existiam resquícios feudais (PRESTES, A. L. 1980, p. 204, 205). Tal orientação estratégica perdurou durante longo período da história do PCB, em que ocorreram diversas mudanças de orientação tática - ora esquerdistas, ora direitistas - mantendo-se sempre essa estratégia.

Embora tenha havido formulações brasileiras que sustentavam a existência de feudalismo ou semi-feudalismo no Brasil e projetavam a concepção etapista de revolução, é inegável a marcante influência das resoluções da IC nesta estratégia, como atestado pelo próprio Luiz Carlos Prestes

que dirigiu durante décadas o PCB até romper com o partido no início dos anos 1980. Prestes, depois de tentar disputar a orientação do Comitê Central durante dez anos, rompe com o partido e passa a defender uma nova estratégia para a revolução brasileira, inspirada nas leituras que havia feito principalmente das obras de Florestan Fernandes. Para o líder comunista, a estratégia da revolução brasileira não seria mais em duas etapas, mas sim uma estratégia socialista, a partir da mediação de um bloco de forças anti-monopolistas, anti-imperialistas e anti-latifundiárias capaz de tomar o poder, liquidar o poder do grande capital associado ao imperialismo e iniciar a transição ao socialismo. (PRESTES, 1981).

Georg Lukács também formulou críticas ao esquematismo das orientações da IC. Ele reconhece que os movimentos revolucionários impulsionados com a Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa cumpriram papel importante para a retomada do caráter revolucionário do marxismo, fazendo a crítica às concepções aburguesadas da socialdemocracia; mas identifica, no período em que a União Soviética esteve sob o comando de Stálin, uma “devastação” produzida na teoria marxista. Se num primeiro momento, sobretudo na luta contra Trotsky, “Stalin se apresenta como defensor da teoria lenineana” com a tendência, até o princípio dos anos 1930, de “afirmar a renovação lenineana do marxismo contra a ideologia da Segunda Internacional”, por mais importante que fosse reafirmar as posições de Lênin, posteriormente essa afirmação acabou tendo o efeito de “colocar lentamente o estudo de Marx em segundo plano e de trazer para o primeiro o estudo de Lênin”, e em seguida acabou se convertendo na marginalização do próprio Lenin por Stalin. Essa gradual “devastação teórica” sustentou-se através de um “subjetivismo total e totalmente voluntarista” que legitimava “[...] com métodos sofisticados qualquer resolução como sendo um corolário lógico do marxismo-leninismo” (LUKÁCS, 2012, p. 301-302).

Esses apontamentos demonstram que tais erros não consistiram em exclusividade do movimento comunista no Brasil, mas acompanharam um fenômeno internacional decorrente de um processo de esquematização que estancou a potencialidade criativa e originalmente concreta da teoria marxista. Para Lukács (2012, p. 302), superar esses sofismas e retomar a essência antidogmática do método de Marx faz parte do desafio de *renascimento do marxismo*, afinal:

[...] se o marxismo quiser hoje voltar a ser uma força viva do desenvolvimento filosófico, deve em todas as questões retornar ao próprio Marx, sendo que tais esforços podem muito bem ser apoiados de maneira eficaz por muitos elementos das obras de Engels e de Lênin, ao passo que, em nossas considerações, no tratamento que pretendemos adotar, podemos deixar de lado tanto o período da Segunda Internacional quanto o período de Stálin, por mais que a crítica mais incisiva possível de ambos seja tarefa da maior importância - tendo em vista a restauração do prestígio da doutrina marxiana.

Na América Latina, o líder comunista peruano José Carlos Mariátegui foi talvez o primeiro a questionar as orientações da IC “para países coloniais e semicoloniais”. Elaborando uma análise original desde o nosso continente, ele já era capaz de reconhecer elementos centrais da realidade latino-americana, entendendo o caráter de nossas burguesias nativas enquanto sócias-menores do imperialismo. Essa condição é bastante confortável para uma burguesia de negócios que não coloca em seu horizonte qualquer preocupação efetiva com a emancipação nacional e com valores democráticos e reformistas. O horizonte da *segunda e definitiva independência* só poderia, portanto, se materializar através de um projeto das massas proletárias e populares, pelo conjunto dos explorados e oprimidos interessados em enfrentar o imperialismo e seus sócios da grande burguesia nativa latino-americana. Mariátegui (1929 apud LOWY, 1999) considerava que as burguesias nacionais, que estão confortáveis cooperando com o imperialismo, se sentem donas do poder político ao ponto de não se preocuparem realmente com a soberania nacional.

A revolução industrial na América Latina – segundo Marini (1990) – corresponde à independência política que os países conquistam nas primeiras décadas do século XIX, na qual a base estrutural demográfica e administrativa surgida durante a colônia constitui uma série de países que passam a girar em torno da Inglaterra. Esses países – dentre eles o Brasil – passam a

exportar, em articulação direta com a metrópole inglesa, bens primários em troca de manufaturas de consumo e começam a adquirir dívidas. É a partir daí que se configura a dependência, entendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1990, p. 141).

Rui Mauro Marini centra suas atenções em uma análise da estrutura econômica interna que é consequência desta posição de dependência, apresentando a categoria da *superexploração* como fundamental para compreender essa realidade. Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontravam na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão. Mas esse processo estava marcado por uma profunda contradição: chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana (MARINI, 1990, p. 162).

A superexploração do trabalho é um dos fundamentos da dependência e as suas implicações “[...] transcendem o plano da análise econômica e devem ser estudadas também do ponto de vista sociológico e político” (MARINI, 1990, p. 194). De acordo com Fernandes (1968), trata-se de compreender a superexploração como elemento próprio da *apropriação dual* do excedente econômico, que resulta deste processo no qual grande parte das riquezas e da capacidade de decisão dos países latino-americanos são drenadas para o exterior, o que impediu que a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática chegassem aos limites que permitiriam a autonomização relativa do desenvolvimento capitalista ou a escolha da revolução socialista, reproduzindo o ciclo sem fim das “revoluções interrompidas”. Para Fernandes (1968, p. 35) somente dois países romperam com esse padrão: “os Estados Unidos, pela rota capitalista, e Cuba, pela via socialista”, e em ambos os casos “o que tornou possível tais evoluções foi a *ruptura com a dominação externa* e a conquista de certa autonomia interna, nos níveis econômico, cultural e político”.

A respeito da interpretação da formação sócio histórica do Brasil, Caio Prado Jr. trouxe alguns avanços importantes em relação às formulações de Sodré e do PCB. Em primeiro lugar, por afirmar que os resquícios do passado colonial são remanescentes de relações escravistas e não de relações feudais: o escravismo mercantil que perdurou na colônia e pós-independência era institucionalmente, economicamente, socialmente e politicamente diferente do feudalismo³. Em segundo lugar, por constatar como plenamente capitalista o Brasil republicano, compreendendo que tivemos uma via não clássica de transformação capitalista e superando a ideia de que os “restos servis” seriam entraves ao desenvolvimento do capitalismo. (PRADO JR, 2014).

Porém, Caio Prado Jr. (2011; 2014) desenvolve sua concepção priorizando as formas da circulação na definição de uma estrutura econômica⁴, compreensão que contrasta com a lição marxiana que dá prioridade central ao modo de produção. O historiador identifica a presença de relações mercantis na era colonial e imperial com a existência de uma ordem capitalista, falando de uma suposta “burguesia agrária” para se referir aos latifundiários escravocratas de então. A pobreza de seu estoque categorial marxista limita sua compreensão do movimento histórico que consolidou

3 Para Coutinho (2011, p. 213-214): “Com suas análises da formação do Estado nacional e da evolução agrária brasileira, Caio Prado lançou os fundamentos para uma adequada compreensão marxista da via “não clássica” de transição do Brasil para o capitalismo. Registrou, com sagacidade e criatividade, as bases materiais e os processos políticos que geraram uma formação social certamente capitalista, mas assinalada por características profundamente autoritárias e excludentes. Não creio que nenhum pensador marxista brasileiro da época tenha determinado com tanta propriedade as raízes do Brasil moderno. Aliás, na América Latina, penso que somente José Carlos Mariátegui (cujo estoque categorial marxista, diga-se de passagem, era igualmente reduzido e problemático) realizou uma obra semelhante para um país concreto, ao analisar a independência peruana como uma “revolução abortada” e ao apontar as danosas consequências desse “aborto” nas várias esferas sociais do Peru moderno”. E não me parece casual que esses dois pensadores tenham realizado suas investigações à margem dos - ou mesmo em aberta oposição aos - modelos teóricos que a Terceira Internacional, já sob direção stalinista, tentava impor ao marxismo latino-americano, através, sobretudo, de nossos partidos comunistas.”.

4 A concepção “circulacionista” do autor fica evidente na seguinte passagem: “A análise da estrutura comercial de um país revela sempre, melhor que a de qualquer um dos setores particulares da produção, o caráter de uma economia, sua natureza e organização”. (PRADO JR, 1957, p. 266 apud COUTINHO, 2011, p. 203).

o modo de produção capitalista no Brasil. Marx (2013) e Lênin (1988) deixam muito claro em que consistiu o processo histórico de passagem do mercantilismo para o modo especificamente capitalista de produção, afirmando categoricamente que é característica central do modo de produção capitalista a generalização do trabalho assalariado e a extração do mais-valor em relações de produção tipicamente capitalistas.

Para Coutinho (2011, p. 202-203):

[...] o estoque de categorias marxistas de que se vale Caio Prado não é muito rico (essa relativa pobreza é sobretudo evidente em suas obras de filosofia). Nos trabalhos de história, por exemplo, tem pouco peso o conceito de “modo de produção”, o que o leva por vezes a confundir, na análise da Colônia e do Império, o predomínio inequívoco de relações mercantis com a existência de um sistema capitalista (ainda que “incompleto”), erro derivado da prioridade metodológica que ele conscientemente atribui à esfera da circulação em detrimento da esfera da produção. Isso faz também com que ele utilize de modo pouco rigoroso a noção de burguesia: seriam “grandes burgueses nacionais”, por exemplo, os latifundiários escravocratas do Império. Resulta igualmente do desconhecimento do conceito marxista de capitalismo de Estado (ou de capitalismo monopolista de Estado) o emprego tardio da imprecisa noção de “capitalismo burocrático” - um termo inventado por ex-trotskistas para definir o regime social vigente na União Soviética stalinista - em seu esforço para identificar as peculiaridades do presente brasileiro.

Essa constatação de um suposto “escravismo capitalista” impede, em nossa avaliação, que Caio Prado Jr. (2011; 2014) considere corretamente o próprio processo histórico da revolução burguesa no Brasil. Ora, se a revolução burguesa consiste em uma mudança de classes no poder que consolida um novo modo de produção, não há como captar o seu movimento a partir de uma concepção que entenda que desde o passado escravocrata nós já éramos capitalistas e tínhamos uma “burguesia” no poder. Essa limitação também prejudica sua análise do presente capitalista, fazendo com que o autor tenda a eternizar e sobrevalorizar elementos do passado escravocrata e colonial, não dando devida importância aos processos de industrialização e modernização conservadora no Brasil⁵. Se na análise do historiador sobre o Brasil escravocrata o capitalismo é adiantado historicamente, em sua análise do Brasil capitalista moderno o passado colonial é que pula para o presente e torna nebulosa sua compreensão da consolidação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Como sabemos, Florestan Fernandes (2005) elabora sua interpretação do Brasil em uma posição privilegiada. Em primeiro lugar, porque o faz *a posteriori* dos clássicos da interpretação do Brasil, o que permitiu-lhe um diálogo crítico com essas obras, e, em segundo lugar, pelo acesso mais amplo que teve aos clássicos do pensamento marxista, com especial atenção à obra de Lênin, possibilitando um resgate mais profundo do método marxista e da consideração concreta das particularidades em relação recíproca com a dimensão universal dos processos sócio históricos.

Segundo Coutinho (2011, p. 222-223):

⁵ Nas palavras de Coutinho (2011, p. 227): “[...] embora ele [Caio Prado Jr.] diga, superando os limites da “imagem” pecebista, que o Brasil moderno já é plenamente capitalista, ainda que conservando “prussianamente” elementos da velha ordem colonial, termina por subestimar as novidades introduzidas em nosso País e por construir assim uma imagem do Brasil contemporâneo onde o que predomina não é a emergência do novo, mas sim a conservação do velho. Escrevendo em 1977 e referindo-se ao presente, Caio não hesita em afirmar que “o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante, isto é, uma economia fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados pelo mercado internacional”; ou que, entre nós, ainda não há “nada que se assemelhe a um processo de industrialização digno deste nome”. Tais afirmações, sem dúvida, comprometem gravemente a sua visão do presente brasileiro e, em consequência, tornam imprecisas as tarefas político-estratégicas da “revolução brasileira” que ele nos propõe em sua última obra significativa.”

[...] é preciso sublinhar o fato de que a “imagem do Brasil” proposta por Florestan é uma imagem marxista e, portanto, revolucionária. Se não é difícil apontar a presença hegemônica do método funcionalista nos primeiros trabalhos de nosso autor, é também indiscutível que o seu empenho teórico-metodológico assume, sobretudo a partir de RBB [Revolução Burguesa no Brasil], uma explícita e consciente dimensão marxista. Com isso, Florestan se insere numa tradição que se inicia com Octávio Brandão [...] passa por Caio Prado Júnior e pelo Partido Comunista Brasileiro e chega até nossos dias.

Comparando a obra de Florestan Fernandes com a obra de Caio Prado Jr., Carlos Nelson Coutinho (2011, p. 225) considera que o estoque categorial marxista de Fernandes é muito mais rico que o de Prado Jr: “Florestan não só conhece muito bem a produção teórica de Marx e Engels, mas também revela ter estudado profundamente Lenin, cuja presença, de resto, é marcante em sua produção teórica a partir de RBB”. Enfatizando ainda que na obra de Fernandes encontram-se referências a Gramsci, “autor que Caio Prado, mesmo em sua obra posterior à publicação dos *Cadernos*, parece desconhecer inteiramente”.

Fernandes, portanto, elabora uma interpretação do Brasil - ou “imagem do Brasil” nos termos de Coutinho (2011) - que se conforma enquanto uma síntese superadora de duas concepções extremas: de um lado, aqueles que acreditam que o capitalismo nunca se desenvolveu plenamente no Brasil, e, do outro lado, aqueles que creem que o Brasil já era capitalista desde o século XVI em seu período escravocrata e colonial. O sociólogo foca sua análise em compreender no que consistiu a revolução burguesa atípica que ocorreu em nossa terra: quais foram os protagonistas políticos, econômicos e sociais da transformação que permitiu a passagem da uma ordem escravista e colonial para uma ordem burguesa assentada no modo de produção capitalista; de que maneira a predominância do trabalho escravo converteu-se em trabalho assalariado; como se conformou o Estado nacional e a economia brasileira neste processo.

Florestan Fernandes e a Revolução Burguesa no Brasil

A originalidade da interpretação de Florestan Fernandes sobre as particularidades da revolução burguesa e do capitalismo dependente no Brasil tem como importante eixo a consideração da estrutura heteronômica *pré-capitalista* que perdurou no período colonial e foi se desmantelando no período do Brasil Império⁶. Sem a consideração das peculiaridades desse passado nem sequer seria possível falar em revolução burguesa no Brasil. Ora, somente analisando concretamente as características da economia escravista e da apropriação colonial de seu excedente pela Metrópole é que se pode compreender como que a revolução burguesa pôde posteriormente emergir a partir da ruptura com o estatuto colonial e a construção da sociedade nacional. É esse processo que criará as condições para que com a *generalização do trabalho assalariado o modo de produção capitalista* se torne dominante.

O diálogo crítico com diversas interpretações da realidade brasileira permitiu ao sociólogo a elaboração de uma síntese que colocou em novos patamares o estudo de nossa formação social. Contrapondo-se ao que ele chama de concepções “impróprias e extravagantes”, a elaboração do autor entende a peculiaridade de nossa realidade pré-capitalista inserida no contexto global em que a economia mercantil, através da acumulação primitiva de capital, impulsionava e criava condições para a emergência das revoluções burguesas que possibilitaram a consolidação do modo de produção capitalista.

Para Fernandes (2005, p. 32) não se pode associar legitimamente o senhor de engenho do período colonial ao “burguês” e nem a “aristocracia agrária” à burguesia. A mercantilização da produção agrária só se dava como tal para os agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. No contexto da sociedade mercantil e da apropriação colonial a posição ocupada pelo senhor de engenho era uma posição marginal. Seu papel era de agente econômico especializado funcional à organização de uma produção de tipo

⁶ Aqui os estudos e pesquisas anteriores sobre a integração do negro na sociedade de classes foram decisivos na formulação da sua compreensão.

colonial, estruturalmente heteronômica, com a finalidade de gerar riquezas para a apropriação colonial. Apesar de seus privilégios, ele era parte dependente e submissa à expropriação controlada fiscalmente pela Coroa e economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacional. Portanto,

O que ele realizava como excedente econômico [...] nada tinha que ver com o “lucro” propriamente dito. Constituía a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial. Essa parte fluía em função de determinações externas incontroláveis, mas tendia a manter-se em níveis relativamente altos dentro da economia da Colônia porque exprimia a forma pela qual o senhor de engenho participava da apropriação colonial (através da expropriação de terras e do trabalho coletivo dos escravos). No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao “burguês”, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização. (FERNANDES, 2005, p. 33).

O Brasil, assim como outros países coloniais, contribuiu decisivamente para a acumulação primitiva que impulsionou globalmente a emergência do capitalismo. Enquanto colônia portuguesa, nossa realidade pré-capitalista particulariza-se na predominância da escravidão e pela posição marginal que nosso colonizador vai ocupar na economia mercantil global. O domínio da Coroa portuguesa sufocou de modo especialmente tenaz as potencialidades sociais e culturais da luta anticolonial e independentista.

No período colonial, segundo a interpretação de Fernandes (2005), já foram introduzidos no Brasil os *móveis capitalistas do comportamento econômico*: instrumentos materiais, bem como a jurisprudência a eles inerente, que teriam uma potencialidade ou seriam propulsores de futuras relações capitalistas de produção. A produção baseada nas plantações e na grande lavoura (seleção de produtos para exportação, mecanismos de apropriação de terras, trabalho escravo e também livre, custos baixos de produção e extrema concentração de renda) ocupava *posição marginal* no circuito externo da mercantilização de produtos exportados. Mesmo Portugal enquanto metrópole não participava das principais fases desse circuito e o senhor de engenho possuía uma função econômica que poderia ser comparada com os administradores e beneficiários das feitorias⁷. Eram, desse modo, *neutralizadas as influências que o capitalismo comercial externo poderia exercer na organização e no desenvolvimento da economia interna do Brasil colônia*.

Esses móveis capitalistas, como demonstra Fernandes (2005), deformaram-se em três direções concomitantes: *uma direção* se deu como consequência do próprio sistema colonial - a renda gerada na produção dava ao agente econômico interno uma parte ínfima de sua apropriação, sendo a grande maioria apropriada pela Coroa e pelos agentes de financiamento da produção. Embora a renda de um senhor de engenho pudesse ser relativamente alta, ela nunca foi suficientemente grande para criar alternativas ao agente econômico interno. Diferentemente de outras colônias onde o agente interno chegou a forçar ajustamentos permitidos pelo estatuto colonial, em nosso caso ele ficou escravizado à sua fonte de renda mesmo nas piores fases de depressão do mercado.

Uma *segunda direção* concomitante desta deformação dos móveis capitalistas residia no fato de que a renda arrecadada pelos agentes internos não era compreendida “à luz dos padrões do capitalismo comercial”, o senhor de engenho pioneiro da era colonial era um agente da conquista (“nobre” ou “militar”) e potencialmente um agente econômico servindo à Coroa, às companhias comerciais e a si mesmo. E *em terceiro lugar* o próprio fator determinante de que o sistema colonial se organizava (legalmente, politicamente, financeiramente) para “drenar as riquezas de dentro para fora” sem prever “[...] condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo de renda” (FERNANDES, 2005, p. 40-41).

O que ligava economicamente a grande lavoura ao mercado externo ou ao capitalismo comercial era um processo que se desenrolava na Metrópole e/ou em outros países que controlavam

⁷ Note-se aqui que a existência externa do chamado “capitalismo comercial” não fazia de Portugal, e muito menos do Brasil, sociedades propriamente capitalistas.

o mercado colonial através de seus grupos financeiros. Havia “uma inelutável canalização da renda de dentro pra fora”, renda que era apropriada pela Coroa e principalmente por aqueles grupos financeiros, tendo em vista que Portugal não tinha condições econômicas de absorver com exclusividade as vantagens da sua conquista. O que ficava nas mãos do produtor colonial “não era um excedente gerado por esta forma de capitalização”, mas sim “uma espécie de remuneração”, uma parcela da apropriação colonial, aquilo que restava e não fora absorvido pela Coroa e pelas agências comerciais (FERNANDES, 2005, p. 41-42).

O autor demonstra que existia no período colonial uma realidade heteronômica que não apresentava condições para o modo de produção capitalista propriamente dito ser dominante. Não havia apropriação de excedente no sentido capitalista e nem as condições materiais, sociais e culturais para o desenvolvimento de uma burguesia interna. Essa estagnação econômica da Colônia não provinha dos empreendimentos econômicos desenvolvidos, mas do contexto socioeconômico e político que os absorvia no sentido de sufocá-los e subordiná-los às dimensões de uma sociedade colonial.

A compreensão dessas características de nossa formação *pré-capitalista* possui grande importância analítica e coloca em novas bases a questão da formação do capitalismo no Brasil. É somente com o subsequente *rompimento com o estatuto colonial* e a criação de um *Estado nacional* que os móveis capitalistas obtêm condições de se expandir (num primeiro momento no âmbito da grande lavoura), podendo manifestar suas potencialidades capitalistas com plenitude, canalizando-as para o mercado interno, intensificando o desenvolvimento urbano e expandindo novas formas de atividades econômicas.

O Brasil Colônia se inscreve, como já afirmamos, na fase histórica (que vai do final do século XV até meados do século XVIII) da *acumulação primitiva*, que impulsionou a futura ascensão do modo de produção capitalista. Marx chamava a “acumulação primitiva” ou “acumulação originária” de *pré-história do capital e do modo de produção que lhe é próprio*, afirmando que o modo de produção capitalista foi *um resultado* deste processo histórico.

O movimento da produção capitalista, que consiste num processo de transformação do dinheiro em capital, em que por meio do capital é produzido mais-valor e com o mais-valor se obtém mais capital, só poderia realizar-se pressupondo a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho, generalizando o trabalho assalariado. Para Marx (2013, I, p. 785, grifos nossos) “todo esse movimento parece [...] girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” [...] *prévia* à acumulação capitalista”, acumulação esta que “*não é resultado do modo de produção capitalista*, mas seu ponto de partida”.

A história da acumulação primitiva “[...] assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (MARX, 2013, I, p. 787-788). Nos países centrais da Europa o que *fez época* nessa fase foram “*todos os revolucionamentos*” que serviram “de alavanca à classe capitalista em formação” e “os momentos em que grandes massas humanas” foram “despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres”, sendo que apenas na Inglaterra essa expropriação se apresentou “em sua forma clássica” (MARX, 2013, I, p. 787-788).

Antonio Carlos Mazzeo (2015) conflui com a posição de Caio Prado Jr. na constatação da existência de capitalismo no Brasil desde a Colônia. Para o autor, mesmo que na particularidade brasileira não fossem dominantes na época o trabalho assalariado e a extração do mais-valor, o Brasil Colônia deve ser caracterizado como capitalista por fazer parte, como colônia subjugada à metrópole europeia, da “era capitalista mundial”, argumentando que a dimensão ontológica a ser extraída deste processo está na totalidade global do sistema vigente. O autor desconsidera as diferenças entre a acumulação originária/primitiva do capital (*prévia* à acumulação capitalista) e o modo de produção especificamente capitalista (que se consolidou primeiramente na Inglaterra e posteriormente em outras nações europeias), e defende que a particularidade do Brasil Colônia não pode ser constatada como um modo de produção escravista.

Josiane Soares Santos (2012, p. 56-57) considera que o fato histórico de que Portugal tenha, em decorrência da escassez de força de trabalho portuguesa para ocupar o território brasileiro, “revigorado a escravidão moderna” explorando a costa da África e comercializando negros, o que consistiu em “um dos mais rentosos negócios lusitanos”, constitui informação fundamental para

constatar que a escravidão no Brasil “nada tem a ver com o modo de produção escravista”, afinal “esse tipo de força de trabalho foi utilizada já no contexto do capitalismo de natureza comercial”. Ora, na concepção da autora, a consideração do que emerge globalmente deve necessariamente erradicar o particular da análise, como se não fosse possível caracterizar as dimensões particulares, singulares e expor suas mediações com a universalidade. A história é recheada de momentos e fases em que distintos modos de produção foram dominantes em diferentes nações do globo. Também é desconsiderado aqui que a acumulação primitiva do capital, nas palavras de Marx (2013), foi prévia à acumulação capitalista. O mercantilismo existente em países onde o modo de produção feudal ainda era dominante não tornava esses países capitalistas, o que ocorria era a acumulação originária de capital que posteriormente impulsionou a burguesia nascente nos processos de revolução burguesa que destruíram a antiga ordem e consolidaram um novo modo de produção, o modo de produção capitalista.

Em Portugal no século XVI, considerando que a revolução industrial se inicia na Inglaterra somente a partir de 1760, não era dominante o modo de produção capitalista. Quanto ao escravismo mercantil e colonial existente no Brasil, evidente que ele não era idêntico ao escravismo antigo, mas os modos de produção não são apenas fases globais e datadas da história da humanidade, mas processos factuais e reais que só podem ser compreendidos como totalidade quando existe a caracterização do singular, do particular e do universal em mediação/interação recíproca. Uma formação social é inseparável de seu modo de produção dominante que é determinante em última instância. A anatomia da sociedade civil deve ser buscada na economia política, que por sua vez revela um modo de produção dominante. Ou seja, no século XVI, nem Portugal e nem o Brasil eram sociedades capitalistas.

Se consideramos que as categorias não são fixas e imutáveis, mas históricas e transitórias, que os germes do futuro já aparecem no presente, e que singularidade, particularidade e universalidade constituem uma unidade na diferença; nossa caracterização da acumulação primitiva mercantil de capital (em nível global) e do papel (particular) das colônias neste processo não pode simplesmente negligenciar o que é específico deste período e nem considerar que a constatação do que emerge globalmente deve nos levar a eliminar o particular da análise. O presente prenhe do futuro deve ser constatado tal como ele se apresenta, e não anulando sua especificidade como se o parto já tivesse ocorrido⁸. Bem como, o fato de ser necessário revelar o arvoredo não significa que devemos desconsiderar o que é peculiar em cada árvore.

Somente tendo em conta as características próprias do mercantilismo e da acumulação originária de capital é que se pode entender o movimento da revolução burguesa e a irrupção e consolidação do modo especificamente capitalista de produção. Caso contrário teríamos de considerar que as revoluções burguesas nos países centrais não destruíram nenhuma estrutura econômica velha e nem criaram novas jurisprudências adequadas ao novo modo de produção. Da mesma maneira, qualquer análise socioeconômica global deve considerar inclusive a convivência de distintos modos de produção em diferentes escalas de aproximação: a unidade não elimina a diferença. Se há uma realidade brasileira, sua *particularidade* precisa ser encarada concretamente.

Lênin (1988, p. 13, grifos nossos), em sua obra sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ao criticar as posições dos populistas russos, afirma nitidamente a importância de se considerar o processo de passagem da economia mercantil simples para a economia capitalista:

O mercado é uma categoria da economia mercantil que, no curso do seu desenvolvimento, transforma-se em economia capitalista, alcançando, somente nesse estágio, um domínio absoluto e uma extensão universal. Se se pretende analisar as teses teóricas básicas concernentes ao mercado interno, *deve-se partir da economia mercantil simples e acompanhar a sua gradual transformação em economia capitalista*.

Somente incluindo na análise as características do processo histórico da acumulação

⁸ Segundo Paulo Netto (2011b, p. 49) “as condições da gênese histórica não determinam o ulterior desenvolvimento de uma categoria”, por isso “o estudo das categorias deve conjugar a análise diacrônica (da gênese e desenvolvimento) com a análise sincrônica (sua estrutura e função na organização atual)”.

primitiva e a particularidade das colônias e da apropriação colonial neste contexto é que se pode compreender os elementos que impulsionaram uma revolução burguesa atípica no Brasil e a consolidação do capitalismo dependente. A partir da generalização do *trabalho assalariado* é que teremos de fato o modo de produção capitalista como realidade econômica dominante.

Para Marx (2013, I, p. 245, grifos nossos),

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

Distingue-se aí a *circulação* de mercadorias numa econômica *mercantil* pré-capitalista e o *modo de produção capitalista* propriamente dito. Evidente que a economia capitalista é também mercantil, mas o mercantilismo que a precedeu ainda não era especificamente capitalista. O que distingue a produção mercantil capitalista é o fato de ela se fundar sobre o trabalho assalariado.

Se concordarmos com a caracterização que Karl Marx nos traz sobre a particularidade da época capitalista, verificaremos – contextualizada na realidade brasileira – essa mesma compreensão no movimento apresentado por Fernandes (2005), que busca captar os elementos determinantes na passagem da economia escravista mercantil para a economia capitalista. Como já vimos, diferentes relações de produção conviviam na sociedade colonial, mas o modo de produção *economicamente dominante* era o escravista. No modo de produção escravista o próprio escravo é um meio de produção, e a apropriação do excedente não se dá através da extração do mais-valor; diferentemente do modo de produção capitalista, que generaliza o mercado de trabalho e a exploração capitalista, fazendo com que a *força de trabalho* dos trabalhadores “livres” assumam a forma de mercadoria.

Com essas determinantes podemos considerar os eixos estruturantes que perpetuaram a dependência, fazendo com que a subjugação às economias centrais permanecesse como realidade econômico-social. A dependência econômica sobreviveu às mudanças que posteriormente impulsionaram a independência política, o surgimento da República e a emergência do capitalismo a partir de uma revolução burguesa atípica. As mudanças decorrentes da Independência e da formação do Brasil Império estimularam uma dinâmica de maior autonomia relativa, que trouxe aos poucos as condições para a potencialização dos móveis capitalistas.

No Brasil o capitalismo emerge edificando e incorporando a subjugação ao imperialismo. Consistindo, de acordo com Fernandes (2005, p. 113), em um “capitalismo de tipo especial”, com dois importantes elementos estruturantes e contraditórios entre si: *a heteronomia econômica condicionada pelos países centrais* e, ao mesmo tempo, *tendências de uma dinâmica autônoma em fase de estruturação*. Essa realidade socioeconômica contraditória baseada nesta polarização central conforma o que o autor chama de capitalismo dependente.

Tratando sobre o processo de generalização do regime de trabalho assalariado no Brasil, Fernandes (2005) mostra que já havia alguns tipos de trabalho livre ainda antes da desagregação da ordem escravocrata e senhorial. Nesse primeiro momento esse trabalho surge somente enquanto mercadoria. Posteriormente, já no período da Primeira República, é que o trabalho se configura como um fator social construtivo, adaptando-se às funções sociais e políticas que deveria ter na ordem social competitiva. Para isso, era necessário que aqueles que vendem o seu trabalho contassem ao menos com certas condições econômicas, sociais e políticas para impor o *seu lado* da barganha salarial na relação patrão-operário.

Isso contribuiu para que a apropriação do trabalho passasse a ter reguladores externos: “o mercado, os níveis de vida e de salário, a competição e o conflito (de início polarizados apenas pelo movimento sindical), a consciência operária e a solidariedade de classes” fazem com que a integração nacional “em um processo democrático e revolucionário” pelo menos destrua “barreiras sociais arcaicas” e introduza “niveladores sociais de classe”. Isso ocorre deitando raízes “na própria emancipação nacional e nas tendências correlatas de modernização controlada de fora, de desenvolvimento de um mercado capitalista interno e de crescimento urbano-comercial”

(FERNANDES, 2005, p. 230-231).

Porém, ressalta o autor, como muitas estruturas de dominação arcaicas se preservaram, tendo *a própria dominação senhorial se transformado em dominação oligárquica*, foram bloqueadas política, econômica e socialmente “a formação das classes e dos mecanismos de solidariedade de classe, impondo o *controle conservador* e o poder autocrático das elites das classes dominantes como fio condutor da história” (FERNANDES, 2005, p. 231). Aqueles que no regime colonial tinham seu trabalho apropriado pelos estamentos dominantes e não tiveram condições de ter sua própria solidariedade estamental, na República e no regime de classes também tiveram negadas as condições de solidariedade de classes, num processo que retirou do trabalhador as “bases estruturais e dinâmicas de sua elaboração como fator social construtivo (capaz de alimentar e de dar sentido às transformações de baixo para cima da ordem social competitiva)” (FERNANDES, 2005, p. 232).

Para Fernandes (1986) o capital aqui não desprende o trabalho do contexto histórico anterior, mas *aproveita-se e usa suas marcas sociais negativas* como um elemento não-econômico na deterioração do valor do trabalho no mercado⁹. Diferentes formas de sujeição foram refuncionalizadas no tortuoso processo de superação histórica do escravismo, até que o modo de produção capitalista se tornasse dominante. Fernandes (1986, p. 40) traz o exemplo dos fazendeiros paulistas que passaram a usar,

[...] o conceito do “trabalho livre na pátria livre” como um ardil, pois só eram livres, naquela “pátria”, os que não viviam da força de trabalho, seja como escravos, seja como assalariados. O ardil permitia prolongar por dois ou três anos e por cinco ou seis meses a submissão do escravo às obrigações perante o senhor e possibilitava a este, como “empregador”, manejar o contrato como um laço. O negro escravo e, especialmente, o “negro livre” perceberam claramente o ardil e o repeliram. Preferiam o desemprego e a miséria à degradação implícita numa relação de trabalho umbilicalmente presa ao escravismo.

Nesse interim, segundo Fernandes (1986), os “trabalhadores nacionais” e os “imigrantes” buscaram primeiro conquistar um trabalho despojado da total subserviência e, assim como o negro, tinham que se impor primeiro *como gente* para lograr separar a *venda da força de trabalho da venda da pessoa*. Com o crescimento do modo de produção capitalista configura-se a personalidade do capitalista, bem como a personalidade do operário moderno, o crescimento da sociedade civil, do Estado etc. A massa burguesa é caracterizada, após a desagregação do regime escravista, por seu empenho em resguardar o *status quo* e manter a ordem sob controle, o que “converte a paz burguesa numa modalidade de paz armada e dissocia a mudança (em todas as esferas da economia, da sociedade e do Estado) das grandes reformas ditas capitalistas” (FERNANDES, 1986, p. 42-43).

De acordo com Paulo Netto (2011a, p. 17) pode-se falar em “questão social” num sentido universal enquanto “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista”. A “questão social” se origina no Brasil no período de formação da República em que a classe operária e os trabalhadores em geral emergem no cenário social e político, ensaiando movimentos reivindicatórios. Com a particularidade destas restrições advindas de uma ordem que vedava qualquer impulso transformador por parte da classe trabalhadora.

Tratando das condições que constituíram a generalização do regime de “trabalho livre” assalariado no Brasil, Fernandes (2005, p. 232-233) conclui que,

Guardadas as proporções, o trabalho livre se configura (como ocorreu com o trabalho escravo), do modo mais cínico e brutal, como puro instrumento de espoliação econômica e de acumulação tão intensiva quanto possível de capital. O

9 “Embora a lógica das classes tenha substituído o estamento e a lógica dos estamentos, não houve nenhum choque mortal que provocasse alguma crise de perecimento na conciliação com o passado. Esta mostra seu caráter perverso e terrível no “Brasil indomável e selvagem dos conquistadores, dos que nasceram para fazer as pilhagens, convertê-las em negócios com os estrangeiros e suas potências, e para dirigir a sociedade dentro desse circuito fechado de particularismo estreito e de egoísmo insaciável” (FERNANDES, 1986, p. 70).

elemento ou a dimensão humana do trabalho bem como a “paz social” são figuras de retórica, de explícita mistificação burguesa, e quando precisam ir além disso, o mandonismo e o paternalismo tradicionalistas cedem seu lugar à repressão policial e à dissuasão político-militar.

Temos desse modo uma série de elementos do mandonismo tradicional que se perpetuam, se reconfiguram e mantém a classe trabalhadora brasileira sob um domínio autocrático bastante restrito para quaisquer formas de aspiração progressista de um ponto de vista social e democrático. Os sucessivos processos contrarrevolucionários desencadeados em golpes de Estado, as mais brutais formas de repressão e opressão das massas populares, etc. demonstram ao longo da história nacional a intolerância das classes dominantes para com as aspirações dos “de baixo”.

A Revolução Burguesa no Brasil possui, como bem expõe Fernandes (1986), um drama crônico que é específico do capitalismo dependente: as impossibilidades históricas formam *uma cadeia* que fatalmente acaba se impondo *em cada fase do desenvolvimento*. Como não ocorre uma ruptura definitiva com o passado, *este se representa a cada passo* na cena histórica e *cobra seu preço*. As reformas que seriam típicas de um modelo tradicional de revolução burguesa acabam sendo negadas e/ou neutralizadas.

Paulo Netto (2010, p.18) identifica esse processo nos seguintes termos:

[...] o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvencilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v.g. as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

O entendimento da particularidade desse desenvolvimento conservador só é possível através de uma superação das visões dicotômicas e mecanicistas. Se a modernização *refuncionaliza e integra* formas econômico-sociais arcaicas *na sua própria dinâmica*, isso quer dizer que a manutenção, por exemplo, do latifúndio não se dá “por falta de capitalismo”. Pelo contrário, *se dá pelo próprio desenvolvimento do capitalismo dependente em sua dinâmica particular*. Admitir que o capitalismo dependente se desenvolve e se moderniza *não significa negar as suas particularidades estruturais*; bem como, constatar a manutenção de formas econômico-sociais arcaicas *não significa negar que sob a dependência o capitalismo se desenvolve e se moderniza*. Diferente do “dualismo cepalino” que via uma oposição entre arcaico e moderno, Florestan Fernandes (2005) compreende ambos entrelaçados dialeticamente, inspirando-se em Moore Jr. (1975) e sua concepção de *modernização conservadora*.

No ensaio *A Revolução Burguesa no Brasil*, o sociólogo centra suas atenções em desvendar os seguintes elementos centrais: a questão da natureza do nosso capitalismo, qual tipo de transformação capitalista nos coube na “partilha do mundo”, quais são os marcos da evolução *possível* desse capitalismo, e o que ele reserva para suas duas principais classes: a burguesia e o proletariado. O fim do Império e o início da República ainda continham somente os germes do poder burguês e da dominação burguesa no Brasil. Não existe nesse contexto um colapso do poder oligárquico, mas uma transição que, mantendo a hegemonia da oligarquia, recompõe as estruturas do poder configurando o domínio da burguesia.

Considerações Finais

Consideramos que está na obra de Florestan Fernandes a compreensão mais justa até então

elaborada sobre a revolução burguesa no Brasil. Dialogando com todo o chamado pensamento social brasileiro, Fernandes faz uma espécie de “acerto de contas” tanto com o conjunto das interpretações existentes do Brasil, quanto com seus próprios discípulos e parceiros de estudo e pesquisa acadêmica. Sua interpretação conforma-se enquanto uma síntese superadora de duas concepções extremas: de um lado, aqueles que acreditavam que o capitalismo nunca se desenvolveu plenamente no Brasil (tais como Nelson Werneck Sodré e as formulações que predominaram no PCB ao longo do século XX), e, do outro lado, aqueles que afirmavam que o Brasil já era capitalista desde o século XVI em seu período escravista e colonial (tal como Caio Prado Jr.).

Em suma, o sociólogo demonstra que a dependência econômica perpassou toda a história nacional desde a Colônia, contribuindo ao processo de acumulação primitiva pré-capitalista dos países centrais e posteriormente integrando-se de maneira subordinada à ascensão do modo de produção capitalista. Passamos de uma economia escravista mercantil, que perdurou na Colônia e no Brasil Império, para uma economia capitalista no período de transição para a República, com a generalização do trabalho assalariado. Esse processo foi desencadeado pela emergência de uma revolução burguesa atípica que teve como principais protagonistas as antigas oligarquias rurais que “se aburguesaram” e os comerciantes imigrantes. Essa revolução burguesa conforma um tipo de desenvolvimento capitalista que refuncionaliza e integra à sua própria dinâmica resquícios do passado colonial e escravista. Diferente do “dualismo cepalino” (cujo importante expoente é Celso Furtado) e sua crença de que o “desenvolvimento nacional” superaria os resquícios do passado, a concepção de Fernandes entende a inter-relação dialética entre o novo e o velho, num processo que o autor conceitua como modernização conservadora.

Essa interpretação rompe com as ilusões de um desenvolvimento capitalista autônomo ou de uma revolução democrático-burguesa protagonizada por uma “burguesia nacional” e coloca em novos patamares a compreensão da realidade nacional. Reafirma-se nosso fardo histórico quando percebemos que estruturalmente seguimos sob controle de uma classe dominante sem projeto autônomo de nação, que prefere aproveitar a condição de sócia-menor do grande capital internacional e aprofundar a dependência financeira, militar, tecnológica e cultural do Brasil com o imperialismo estrangeiro, principalmente estadunidense.

Referências

CONTE, Daniela. Nelson Werneck Sodré e as interpretações do Brasil moderno (1958-1964): análise de conceitos e contexto de um intelectual brasileiro. **Dissertação de Mestrado em História.** Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGH, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil:** ensaio sobre ideias e formas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina.** São Paulo: Global Editora, 2009.

_____. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 5ªed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

_____. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1986.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil.** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LOWY, Michael (org). **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. México: Editora Era, 1990.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I**: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo, 2015.

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo (SP): Cortez, 2011a.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

PINTO, João Alberto da Costa. O percurso intelectual de Nelson Werneck Sodré, historiador do Brasil (1911-1999). **Revista de História Actual**. Vol. 9, Núm. 9 (2011).

PRADO JUNIOR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
_____. **A revolução brasileira / A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

PRESTES, Luiz Carlos. **Aprender com os erros do passado para construir um partido novo, efetivamente revolucionário**. 1981. (Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/prestes/1981/03/aprender.htm>> Acesso às 14h do dia 30 de agosto de 2016).

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança devem os comunistas renunciar? **Oitenta**, Porto Alegre: LP&M, n. 4, 1980, p. 197-223. (Disponível em: <http://www.ilcp.org.br/prestes/index.php?option=com_content&view=article&id=161:-a-que-heranca-devem-os-comunistas-renunciar&catid=26:documentos&Itemid=146> Acesso às 16h do dia 28 de agosto de 2016).

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

_____. **História da burguesia brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.